

Liberdade para escolher uma escola vai inspirar-se nos EUA e Reino Unido

Nos próximos anos Portugal deverá juntar-se ao estrito lote de países que dão aos pais as condições para escolher a escola que querem para os filhos. Há vários modelos em estudo. E há riscos, alertam especialistas

Clara Viana

● Não se sabe ainda quando, nem de que forma, mas é quase certo que Portugal venha a figurar a prazo entre o pequeno lote de países em que os pais têm alegadamente a liberdade e as condições para escolher a escola que querem para os seus filhos. A liberdade de escolha em educação está consignada no programa do Governo PSD-CDS e já foi assumida pelo ministro Nuno Crato como um dos objetivos do seu mandato. Ao PÚBLICO o Ministério da Educação e Ciência confirmou que, neste caminho, "os sistemas americano e inglês são o principal referencial".

Nos Estados Unidos, desde o início dos anos 1990, a liberdade de escolha tem sido propiciada através de programas de cheque-ensino e da constituição de escolas particulares financiadas pelo Estado, as chamadas *charter schools* (escolas com contrato). É uma experiência ainda minoritária.

No Reino Unido, o Governo conservador de David Cameron prometeu uma "revolução na educação" que, a ser concretizada, transformará as escolas em parcerias público-privadas (foram todas exortadas a seguir este caminho), as quais conviverão com

Esquerda vs. Direita

Medida está consignada no programa do Governo

Tradicionalmente, a liberdade de escolha em educação tem funcionado como uma impressão digital da direita, a que a esquerda se opõe frontalmente. Para o investigador da Universidade Católica do Porto Joaquim Azevedo, "a liberdade de escolha corresponde a uma afirmação da liberdade dos cidadãos". "Se posso escolher a roupa e o médico para os meus filhos, tenho o direito pessoal e constitucional de escolher a educação que lhes quero dar", explicita. Para Ana Drago, do Bloco de Esquerda, "a chamada liberdade de escolha é um termo enganoso". "Estamos sim a falar de cheque-ensino, ou seja, de retirar dinheiro ao sistema público e direcioná-lo para as escolas privadas, tornando a educação num mercado", frisa. O resultado, acrescenta, traduzir-se-á em "mais desigualdade".



Em Portugal, o Estado já apoia metade das escolas privadas existentes

outras privadas que estão a ser criadas por grupos de pais, professores ou empresas do ramo e que são financiadas pelo Estado.

No essencial, os defensores destas opções consideram que se devolve assim às famílias a possibilidade de decidirem onde é aplicado o dinheiro pago pelos contribuintes, institui-se a concorrência entre escolas e força-se as escolas públicas a mudar. O que, no conjunto, contribuirá para o aumento da qualidade do ensino, para a diferenciação das escolas e, deste modo, para uma resposta mais adequada às diferentes necessidades dos alunos. Alguns estudos recentes elaborados por entidades independentes dão conta, contudo, de que os resultados estão muito aquém das expectativas.

Numa entrevista recente à RTP, Nuno Crato considerou que o programa de cheque-ensino "faz todo o sentido do ponto de vista racional e da liberdade económica", mas ressalvou que existem ainda "muito poucas" experiências internacionais neste âmbito. "Há diversas possibilidades de modelo. Estamos a estudar a experiência internacional para determinar qual será a melhor opção para Portugal", precisou ao PÚBLICO o gabinete de imprensa do ministério.

"Ao nível dos instrumentos de liberdade de escolha, Portugal não fica atrás dos EUA, Suécia ou Reino Unido. A questão é que estes instrumentos jurídicos não têm sido utilizados em todo o seu potencial", contrapõe o director executivo da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, Rodrigo Queiroz e Melo. Em Portugal, o Estado já apoia metade das escolas privadas existentes, embora com graus de financiamento diferentes.

Mais contratos de associação
Queiroz e Melo estabelece os seguintes paralelismos: os contratos simples, através dos quais o Estado paga uma parte das propinas às famílias que optem pelo particular, desde que tenham um rendimento *per capita* inferior a cerca de 541 euros, "são uma forma de cheque-ensino". Já os 92 colégios com contratos de associação são "uma forma de *charter schools*". Estes colégios são financiados pelo Estado para garantir ensino gratuito em zonas onde a oferta pública é escassa ou inexistente.

Quanto à liberdade entre escolas públicas, acrescenta Queiroz e Melo, "basta estabelecer para o ensino básico a possibilidade de escolha que já

existe na lei para o secundário", onde se pode escolher a escola em função dos respectivos cursos e ofertas específicas e não tanto pela área de residência.

Também Michael Seufert, deputado do CDS, o partido que mais se distinguiu na defesa do cheque-ensino, considera que o aprofundamento da liberdade de escolha em Portugal passa, em grande medida, pela expansão dos contratos de associação com colégios e dos contratos de autonomia nas escolas públicas e, claro, por "permitir liberdade de escolha dentro do sistema estatal".

Paulo Guinote, professor do ensino básico, que escreveu um artigo sobre o tema para o anuário da Fundação Francisco Manuel dos Santos a publicar este mês, não se opõe à introdução de programas de cheque-ensino direccionados para grupos específicos, como tem sido feito nos EUA. Sustenta que "são os mais eficazes" e que não introduzirão mais desigualdades, como aconteceria com um programa universal, com um valor padrão, que acabaria por beneficiar sobretudo os agregados com mais rendimentos.

Quanto a uma liberalização da iniciativa privada, através da constituição de equivalentes a *charter schools*,

alerta que esta "deverá ser colocada em prática para promover projectos alternativos e não para apoiar financeiramente grupos empresariais com ligações antigas ou actuais ao aparato político-administrativo do ministério, como acontece com o grupo GPS". Este grupo é o maior do ensino particular não superior e entre os seus responsáveis têm figurado nomes sonantes do PSD e PS.

"Não interessa de todo substituir um monopólio estatal por um privado. Aí sim, o Estado regulador deve actuar como garante da liberdade, garantindo que os alunos e seus pais mantêm uma efectiva possibilidade de escolha", defende Francisco Vieira de Sousa, do Fórum para a Liberdade de Educação. Sustenta, aliás, que, embora seja "um bem em si mesmo, a liberdade de escolha implica um conjunto de 'pré-condições', sem as quais se pode tornar perniciosa". "O reforço do papel regularizador e fiscalizador do Estado" é uma delas, assim como a existência de "uma informação fiável e disseminada sobre a realidade de cada escola" e de "uma ampla liberdade e autonomia" destas, já que "não há liberdade de escolha num sistema de ensino uniforme".

Impactos reduzidos

Inquéritos realizados junto de pais nos EUA e Suécia dão conta de um elevado grau de satisfação, apesar de estudos recentes apontarem para um impacto próximo do zero no que respeita aos benefícios. Uma investigação da Universidade de Stanford revelou, por exemplo, que 37% dos alunos que frequentam as *charter schools* têm resultados significativamente piores do que os seus pares das escolas públicas e que para 46% não existem diferenças significativas. Nos EUA existem hoje cerca de cinco mil *charter schools*, o que representa não mais do que de 1,5% do sistema educativo americano. São frequentadas por cerca de 1,4 milhões dos mais de 45 milhões de estudantes norte-americanos.

Os programas de cheque-ensino abrangem apenas cerca de 190 mil. Segundo um estudo do Center on Education Policy, divulgado em Julho passado, os resultados dos estudantes que os utilizaram para frequentar escolas privadas é similar aos que se mantiveram nas escolas públicas.

Na Suécia, a Agência Nacional de Educação constatou que, com a possibilidade de liberdade de escolha, se registou um aumento da competição entre escolas públicas e privadas com vista à obtenção de melhores resultados, mas que este efeito entrou em declínio com o tempo. Ali todos os alunos têm, desde 1992, financiamento garantido do Estado, caso optem por mudar para o particular. Actualmente, cerca de 40% por dos alunos do ensino secundário frequentam escolas particulares com autonomia também nos currículos, as chamadas *free schools*. Existem à volta de 1060.

Ponto de partida em Portugal: existe uma "incrível e injustíssima desigualdade social na escola dita 'pública actual'", denuncia Joaquim Azevedo, investigador da Universidade Católica do Porto. Mais do que tudo, diz, é preciso acabar com ela.

Atrair os piores para serem melhores

Crónica



Bárbara Wong

● À porta da East Garner Magnet Middle School estão rapazes e raparigas de todas as cores, à espera dos característicos autocarros amarelos com as letras que formam as palavras *school bus* pintadas de negro. Muitos dos 1150 alunos do 6.º ao 8.º ano (o equivalente ao nosso 3.º ciclo) não vivem perto da escola do condado de Wake, na Carolina do Norte, EUA. Alguns fazem uma hora de autocarro. É que a escola recebe alunos de todos os estratos sociais.

E este é o primeiro ponto que distingue as *magnet schools* norte-americanas. São escolas públicas com liberdade para escolher que currículos desenvolver para aqueles que são considerados os piores alunos. São escolas que querem provar que os bons exemplos, as boas condutas, os bons comportamentos e desempenhos se atraem, como ímanes. São escolas que não escolhem os alunos — estes têm liberdade para se candidatar, mesmo que a sua casa fique a quilómetros de distância.

Há um ano, quando visitei a East Garner Magnet School — a convite do Departamento de Estado dos EUA e viagem paga pela Fundação Lusó-Americana para o Desenvolvimento —, mais de metade dos alunos recebia apoio dos serviços de acção social. A maioria (55%) era de origem afro-americana e, para 26%, o inglês era a segunda língua. No entanto, o ambiente que se vivia era o de um colégio privado, com corredores limpos e miúdos atentos nas aulas — muitas portas das salas de aula estavam abertas e não se ouvia uma mosca.

Apesar de ser uma escola pública, tinha um financiamento que lhe permitia ter melhores condições que as demais. Além do financiamento distrital, a East Garner recebia apoio estadual e federal. Os pais e as empresas também contribuíam. E esta é outra diferença importante: o envolvimento da comunidade, dos pais que ajudam a pagar as visitas de estudo daqueles que não podem suportá-las, e das empresas. Escolas como a East Garner têm de apresentar resultados. São obrigadas a fazê-lo.

Por cá, os dirigentes escolares têm demonstrado que estão preparados para ter mais autonomia e responder por ela. Afinal, a maioria está comprometida em conseguir melhores condições de aprendizagem para os que mais precisam. Agora, a bola está do lado do Governo.

Financiamento e opções alternativas

Cheque-ensino

Designação genérica dos modelos que garantem às famílias financiamento público para assegurar a educação dos seus filhos em escolas particulares que escolham. O dinheiro é entregue às escolas que escolheram. Pode ser um programa universal, em que todas as crianças e jovens poderão ser candidatas a este financiamento (Suécia, Holanda, Chile), ou direccionado, como acontece em 12 estados dos EUA e Washington. Destinam-se a alunos oriundos de famílias carenciadas; ou com uma história de fracasso escolar; ou com necessidades educativas especiais; ou que residam em zonas sem oferta de escolas públicas, um pressuposto que esteve também na origem dos contratos de associação entre o Estado português e cerca de uma centena de colégios.

Free schools

Escolas livres ou independentes, privadas, instituídas a partir de 1992 na Suécia. Podem ser constituídas por grupos de pais ou professores, mas também por empresas do ramo da educação e grupos religiosos. São financiadas em função do número de alunos que atraírem. Têm autonomia para conceber os seus currículos e para recrutar professores. Não podem cobrar propinas, mas estão autorizadas a gerar lucros. O sistema de admissão é por ordem de inscrição. Dez por cento dos alunos suecos do ensino básico e secundário estão nestas escolas. Em Setembro, abriram no

Reino Unido as primeiras 24 *free schools*. Foram apresentadas 323 propostas.

Charter schools

Escolas com contrato, privadas, instituídas a partir de 1992 nos Estados Unidos. São financiadas por fundos públicos e podem ser constituídas por pais, professores, empresas e outros grupos desde que tenham um contrato com o Estado, onde está definido o seu funcionamento e objectivos. Quando não têm resultados, podem ser encerradas. A frequência é gratuita e não podem seleccionar alunos. Existem cerca de cinco mil *charter schools*.

Academias

Academias são uma espécie de parcerias público-privadas, instituídas a partir de 2002 no Reino Unido para substituir escolas secundárias com um historial de insucesso escolar. Têm mais autonomia na gestão financeira, no currículo, no recrutamento e vencimentos de professores. O actual executivo pretende que todas as escolas tenham a possibilidade de se tornar academias e cerca de mil já o fizeram.

Magnet schools

Escolas-íman, públicas, criadas na década de 60 do século passado nos EUA com o objectivo de combater a segregação racial. Não existem critérios geográficos para a admissão dos alunos. Geralmente, têm práticas pedagógicas e ofertas diferentes. Podem seleccionar os alunos.

ERIC VIVES/ROBIO

